

RADAR FEMINISTA

1º A 5 DE JUNHO • 2020

CFEMEA/CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

E a violência segue. Em Minneapolis, nos Estados Unidos, o assassinato de mais um negro por mais um policial branco revoltou a população. No Brasil, o assassinato do João Pedro, adolescente de 14 anos, mobilizou um potente ato nas redes “Luto em Luta por João Pedro e todos os jovens negros vítimas da violência do Estado”. Mais de 150 organizações, coletivos e atores políticos do movimento negro e do movimento periférico articularam-se para a realização do Ato, que contou com o apoio de outras 766 organizações que também assinaram o **Manifesto**. Tanto lá como cá ainda é necessário gritarmos que **#VidasNegrasImportam**. A resposta de parte do Congresso já está sendo ensaiada: são projetos de criminalização dos movimentos sociais.

A pandemia segue em sua curva ascendente no Brasil. Os dados oficiais já indicam meio milhão de contaminados e as mortes ultrapassam 30 mil brasileiras e brasileiros. Enquanto isso o ministério da Saúde segue sem ministro, sob o comando do militar interino. E, pelo jeito, vai ficar assim por mais um tempo, pois o presidente Bolsonaro já declarou que não tem pressa. Está mais ocupado com os desdobramentos da **ação contra a produção de Fake News**. Hoje, terça-feira (2/Jun), o Senado vai discutir um PL sobre o tema.

Projetos sobre violência contra as mulheres continuam sendo apresentados. E um alívio: nenhuma novidade no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Neste Radar destacamos o debate no Congresso sobre a necessidade de ampliação do tempo de vigência do auxílio emergencial, diante dos impactos profundos da pandemia na sociedade brasileira; a proposta de aumento do salário mínimo e outras medidas relacionadas ao trabalho nesse período de emergência.

No bojo do debate sobre a atual crise política, participamos **do debate da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político**, sobre a cassação da chapa presidencial. Azmina fizeram um **Mapa dos serviços de atendimento ao aborto legal** que estão em funcionamento durante a Pandemia. E no **nosso site você pode acessar o link** para todos os Radares anteriores.

Chega ao Senado a proposta aprovada na Câmara sobre violência contra as mulheres em tempo de pandemia. Outros projetos continuam tramitando.

O **PL 1291/2020**, foi aprovado na Câmara e agora chega ao Senado. Ele inclui como essenciais e, portanto, permanecem abertos durante o período da Pandemia, os serviços relacionados ao atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, idosos, crianças ou adolescentes. Além de estabelecer formas de cumprimentos das medidas previstas na Lei Maria da Penha e do Código Penal.

Estão tramitando com urgência e devem entrar na pauta dessa semana: PL 2850/20 (Dep Ze Guimarães-PT) esse projeto está apensado ao projeto 2505/20 da Deputada Fernanda Melchiona PSOL-RS; PL 1552/20 da Deputada Sâmia Bonfim PSOL-SP sobre abrigo E o Mérito do projeto 1267/20 da Deputada Taliria Petrone PSOL-RJ sobre o Ligue 180.

Foi apresentado o **PL 2860/2020**, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), que altera a Lei Maria da Penha para assegurar que a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 receberá denúncias para os casos em que a mulher tiver o auxílio emergencial subtraído, retido ou recebido indevidamente pelo genitor que declarar, falsamente, ser provedor de família monoparental.

O deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou dois projetos: o **PL 2900/2020** que dispõe sobre a criação de casas de abrigo para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, o **PL 2990/2020**, que veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Maria da Penha.

Outras propostas apresentadas que tratam do tema:

- **PL 2993/2020**, que autoriza todas as Unidades de Saúde do Município a realizarem o exame corpo de delito em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência;
- **PL 2920/2020**, do deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), que institui o programa de cooperação chamado código "máscara vermelha" para combate e prevenção à violência doméstica, inspirado na Argentina;
- **PL 2960/2020**, do deputado Denis Bezerra (PSB/CE), que institui o Programa de Aluguel Social Emergencial para as mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica ou familiar durante o período da Pandemia.
- **PL 2962/2020**, da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), sobre isenção de pena.

- **PL 2948/2020**, do senador Angelo Coronel (PSD/BA), que altera o Código Penal, para elevar as penas dos Crimes Contra a Honra e criar o tipo penal de Crime Contra a Honra pela Internet.

Saúde

PL 2859/2020, de autoria do deputado Léo Moraes (PODE/RO), institui a Semana Nacional da Maternidade Atípica para que a sociedade reflita sobre ser mãe de pessoa com deficiência.

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é convidada a prestar esclarecimentos

A senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES) apresentou o **Requerimento 443/2020**, convidando a Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos para prestar explicações sobre sua fala na reunião ministerial do dia 22/04/2020, que sugeria a prisão de governadores e prefeitos.

Moção de pesar e homenagem a deputadas

A deputada Rosana Valle (PSB/SP) apresentou o **Requerimento 1273/2020** de Moção de Pesar pelo falecimento da Professora Mariângela Duarte, deputada federal pelo PT/SP, de 2003 a 2007. E PRC 34/2020, de autoria da deputada Tereza Nelma (PSDB/AL) denomina “Plenário Deputada Ceci Cunha” o Plenário 13 da Ala das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Em 1998, Ceci Cunha foi assassinada, a mando do seu suplente, no dia em que foi diplomada deputada federal.

Nota: Secretaria da Mulher da Câmara fez o lançamento virtual da Guia Acessível para a candidatura das mulheres. Assista [AQUI](#) a reunião.

Cuidados com as cuidadoras é aprovado no Senado

PL 2178/2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para dispor que a pessoa que desempenha a função de acompanhante, durante a pandemia da COVID-19, tenha direito a um transporte seguro para seus deslocamentos. Foi aprovado o **parecer do relator**, senador Flávio Arns (REDE-PR), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Licença paternidade, um direito reconhecido a conta-gotas

PL 2885/2020 de autoria do deputado Schiavinato (PP/PR), altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a licença-paternidade, sugerindo que em tempos de pandemia, quando do nascimento, em vez de 5 dias o pai tenha direito a 15 dias a mais de licença. A proposta exclui aquelas empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, pois este já altera a licença paternidade de 5 para 20 dias. A proposta é tímida: só mais 15 dias e somente em tempos de pandemia.

Criminalização dos Movimentos Sociais

PL 3019/2020, de autoria de Daniel Silveira - PSL/RJ. Altera a Lei Antiterrorismo nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de tipificar os grupos “antifas” (antifascistas) como organizações terroristas.

PL 3010/2020, do deputado Helio Lopes - PSL/RJ. Altera o art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para tipificar movimentos ou grupos sociais fascistas e antifascistas na Lei Antiterrorismo.

Uso compulsório dos leitos privados disponíveis é aprovado no Senado

PL 2324/2020, de autoria do Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros, que dispõe sobre uso compulsório de leitos privados disponíveis para a internação de pacientes com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 segue para a Câmara. Foi aprovado o **parecer do relator**, senador Humberto Costa (PT-PE), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo.

Ódio e mentiras na internet e veiculação de informações não científicas

O tema da fake news e o ódio disseminado pela internet continuam sendo objeto de inúmeras propostas: Em reunião realizada na manhã desta segunda-feira (1º), os líderes do Senado confirmaram a inclusão do **PL 2.630/2020**. Além dele temos o **PL 2922/2020**, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), proíbe o anúncio publicitário em sites que veiculem Fake News.

Na Câmara, destacamos o **PL 2854/2020**, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT/RS), institui medidas contra a disseminação de conteúdo de ódio e preconceito pela internet, bem como a disseminação de informações a respeito de tratamentos de saúde que não sejam cientificamente validados e aceitos pelo Sistema Único de Saúde

ou pela Organização Mundial de Saúde; e o **PL 2927/2020**, de autoria do deputado Felipe Rigoni (PSB/ES), institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Meio ambiente e populações indígenas: seguem as tentativas de destruição

PDL 240/2020, apresentado pelo senador Fabiano Contarato (REDE/ES), insere no ordenamento jurídico previsão expressa no sentido de que os requisitos estabelecidos pela MP 910/2019, que representava claro retrocesso da legislação de proteção ambiental, não são aplicáveis em nenhum caso, em consonância com a vontade do Congresso Nacional que optou por não deliberar a matéria encaminhada pelo Poder Executivo.

PDL 247/2020, apresentado pelo deputado Nilto Tatto (PT/SP) e mais seis, susta os efeitos da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020 do Presidente da Fundação Nacional do Índio, que coloca em risco terra indígenas em processo de demarcação. Mais uma das incoerências desse governo: a Fundação Nacional do Índio tomando medidas que prejudicam as populações indígenas.

Aumento do salário mínimo segue para sanção presidencial

MP 919/2020 (PLV 13/2020), apresentada pela Presidência da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo (R\$ 1.045,00, mil e quarenta e cinco reais), a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2020, teve aprovado o **parecer** do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), pela aprovação da MP na forma do Projeto de Lei de Conversão. A matéria vai à sanção presidencial.

Auxílio emergencial - Proposta inclui agricultores familiares como beneficiário do auxílio emergencial

Seguem sendo apresentadas propostas em torno do auxílio emergencial. O **PL 2923/2020**, de Vilson da Fetaemg (PSB/MG), sugere incluir novamente os agricultores familiares como beneficiários do auxílio. Vale lembrar que essa foi uma das mais de 50 categorias vetadas por Bolsonaro quando da aprovação da Lei; **RIC 533/2020** e **RIC 551/2020**, do deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE) solicitam que sejam prestadas informações pelo Ministério da Cidadania acerca das falhas na verificação de dados para concessão do auxílio emergencial; O **PL 2928/2020** (Zenaide Maia - PROS/RN),

PL 2968/2020 (Fernanda Melchionna - PSOL/RS) e **PL 2957/2020** (André Janones - AVANTE/MG) sugerem a prorrogação do período de concessão do auxílio emergencial.

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda é aprovado na Câmara

PLV 15/2020 (MP 936/2020) que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública foi aprovado no Plenário da Câmara. Durante o período de estado calamidade pública o Programa permite, entre outras, a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias, e a redução de salários e da jornada de trabalho pelo período de até 90 dias. O texto agora será analisado pelo Senado.

Pela proposta, empregador e empregado poderão fazer acordo individual escrito para, por no máximo 90 dias, adotar redução proporcional da jornada de trabalho e de salário, nos percentuais de 25%, 50% ou 70%. Pode ser adotada também a suspensão temporária do contrato de trabalho, respeitado o prazo máximo de 60 dias. Os acordos poderão ser feitos também de forma coletiva. Quando houver a redução da jornada ou a suspensão temporária do contrato de trabalho será pago o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, de forma mensal e devido a partir do início da redução da jornada de trabalho e de salário ou da suspensão do contrato de trabalho.

Ajuda emergencial ao setor cultural é aprovado na Câmara

PL 1075/2020, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e mais 23 deputados/as, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto durar a pandemia. Foi aprovado o **parecer da relatora**, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A matéria segue agora para o Senado.

Socorro aos Estados é sancionado com vetos ao aumento de servidores públicos e ao adiamento da validade dos concursos públicos

Foi publicado na quinta-feira (28), no Diário Oficial da União (DOU), a Lei Complementar 173/2020 (oriunda do **PLP 39/2020**). Como já era prevista a matéria foi sancionada com vetos pelo presidente às exceções sobre o congelamento dos salários

de categorias do serviço público e ao trecho que previa o adiamento dos prazos de validade dos concursos públicos.

Inclusão dos Microempreendedores no recém aprovado Pronampe é sugerida

PL 2921/2020, de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), altera a Lei que instituiu o Pronampe para permitir que os Microempreendedores Individuais - MEIs, também possam acessar os recursos destinados ao fortalecimento dos pequenos negócios. E **PL 2887/2020**, apresentado pelo deputado Gildenemyr (PL/MA), dispõe sobre pacote de medidas emergenciais ao pequeno e médio produtor rural e empreendedor familiar rural, durante o estado de calamidade pública no Brasil.

*Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA a partir das informações fornecidas pela **Contatos Assessoria Política** e dos sites da Câmara e do Senado.*